

**CRISTIANE SOUZA DE CASTRO TOLEDO**

**EXPANDIR O DIREITO AO TRABALHO DOS  
REFUGIADOS É UMA SOLUÇÃO PARA A  
ATUAL CRISE EUROPEIA?**

**LL.M.**

**FACULDADE DE DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DE SYRACUSE  
SYRACUSE - NOVA IORQUE – EUA - 2018**

**CRISTIANE SOUZA DE CASTRO TOLEDO**

**EXPANDIR O DIREITO AO TRABALHO DOS  
REFUGIADOS É UMA SOLUÇÃO PARA A  
ATUAL CRISE EUROPEIA?**

Dissertação apresentada perante a Faculdade de Direito da Universidade de Syracuse, Nova Iorque, Estados Unidos da América, como exigência parcial para obtenção do título de LL.M., sob a orientação da Professora Doutora Corri Zoli, P.H.D, com tradução livre pela autora.

**FACULDADE DE DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DE SYRACUSE  
SYRACUSE - NOVA IORQUE – EUA - 2018**

## RESUMO

Trata-se de estudo crítico sobre a crise europeia dos refugiados, onde é destacado o aumento do número mundial de refugiados e requerentes de asilo e o fato de que alguns países não estão mais dispostos a acolher essas pessoas.

Depois de analisar os tipos tradicionais de soluções duradouras para a crise, as dificuldades habitualmente encontradas pelos refugiados nos países anfitriões e os benefícios que o trabalho proporciona para os refugiados e para os países que os acolhem, o presente estudo, utilizando o exemplo da Alemanha, defende que uma solução para a crise europeia dos refugiados pode ser encontrada na expansão do direito ao trabalho dos refugiados e requerentes de asilo.

Dessa forma, sugere-se a adoção de uma nova perspectiva, onde os refugiados e requerentes de asilo sejam vistos não como um ônus, mas como uma oportunidade para o país anfitrião.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
-----------------	---

### CAPÍTULO I – SOLUÇÕES DURADOURAS PARA OS REFUGIADOS

1. Repatriação Voluntária, Assentamento Local e Reassentamento em Terceiros Países .....9
2. Visão Atual sobre a Crise dos Refugiados.....11

### CAPÍTULO II – INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS

1. Definição de Refugiados e Requerentes de Asilo em Contraste com a Definição de Imigrantes por Motivos Econômicos.....13
2. O Direito ao Trabalho do Refugiado.....15

### CAPÍTULO III – “FATOR DE ATRAÇÃO”

1. Conceito de “Fator de Atração” entre os Legisladores Locais.....19

2. Por que a Tese sobre o “Fator de Atração” não é Correta.....	20
---	----

#### CAPÍTULO IV – BENEFÍCIOS DO TRABALHO

1. Aculturação, Saúde Mental, Dignidade e Subsistência.....	25
2. Diminuição dos Custos para o País Anfitrião.....	28

#### CAPÍTULO V – BENEFÍCIOS QUE OS REFUGIADOS PROPORCIONAM PARA A SOCIEDADE

1. Diversidade, Aculturação e Dinamismo.....	30
2. Demografia e Economia.....	36

#### CAPÍTULO VI – PERSPECTIVA

1. O Exemplo da Alemanha.....	40
2. Visão dos Refugiados não como um Ônus, mas como um Investimento.....	43

CONCLUSÃO.....	48
----------------	----

BIBLIOGRAFIA.....	49
-------------------	----

## INTRODUÇÃO

O número mundial de refugiados e requerentes de asilo está aumentando no momento contemporâneo. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, até o final de 2011, havia 10,4 milhões de refugiados no mundo sob mandato do ACNUR e em junho de 2018 esse número subiu para 19,9 milhões de refugiados e mais de 3,1 milhões de requerentes de asilo<sup>1</sup>.

O presente estudo pretende analisar uma solução permanente e pouco prestigiada para a crise europeia dos refugiados: a expansão do direito ao trabalho dos refugiados e requerentes de asilo.

Primeiro, apresentar-se-á os três tipos tradicionais de soluções duradouras promovidas pelo ACNUR, mostrando as razões pelas quais dois deles possuem maior probabilidade de ter sucesso. Em seguida, mencionar-se-

---

<sup>1</sup> UNHCR Statistical Yearbook, acessado em 26/06/2018 no endereço <http://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html>

á que alguns países não estão dispostos a receber mais refugiados e requerentes de asilo e indicar-se-á as principais razões para isso.

Depois, dar-se-á a definição de refugiados e requerentes de asilo, de acordo com os instrumentos internacionais, em contraste com a definição de imigrantes por motivos econômicos, e analisar-se-á como o direito ao trabalho dos refugiados é tratado pelo Direito Internacional, mostrando que o que deve ser mudado não é o Direito Internacional, mas a lei doméstica.

Logo em seguida, apresentar-se-á o conceito de “fator de atração” reinante entre os legisladores locais e indicar-se-á porque este conceito não é correto.

Prosseguindo, este estudo apontará os benefícios que o trabalho proporciona para os refugiados e para os países que acolhem essas pessoas.

Finalmente, sugerir-se-á uma nova perspectiva, usando o exemplo da Alemanha para demonstrar que refugiados e requerentes de asilo podem ser vistos não como um ônus, mas como uma oportunidade.

Como conclusão, este estudo defenderá que uma solução para a crise europeia dos refugiados pode ser encontrada no mercado de trabalho. Assim, o adequado direito ao trabalho dos refugiados e requerentes de asilo pode ser uma solução para a mencionada crise contemporânea.



# **CAPÍTULO I**

## **SOLUÇÕES DURADOURAS PARA OS REFUGIADOS**

### **1. Repatriação Voluntária, Assentamento Local e Reassentamento em Terceiros Países**

O ACNUR promove três tipos de soluções duradouras para os refugiados: (a) repatriação voluntária, (b) assentamento local e (c) reassentamento em terceiros países, todas essas soluções condicionadas à existência de circunstâncias favoráveis a cada uma delas. Outra tentativa de resolver o problema dos refugiados é trabalhar na prevenção, ou seja, com o objetivo de evitar uma situação que obrigue as pessoas a deixarem seu país.

A repatriação voluntária depende das condições do país de origem, especialmente segurança pública e dignidade, e, na maioria das vezes, não é uma solução possível porque o país de origem não pode garantir que refugiados e requerentes de asilo estarão seguros lá. “A menos que esteja convencida de que os refugiados podem retornar com segurança razoável, a

organização não promove ativamente o retorno”<sup>2</sup>. O assentamento local só pode ser feito com a concordância do governo local. “Nos países industrializados, os sistemas de bem-estar do governo e as ONGs fornecem a maior parte dos recursos necessários para integrar os refugiados. Em outros lugares, o ACNUR fornece suporte em vários níveis para projetos de assentamentos locais em ambientes rurais e urbanos ”<sup>3</sup>. No entanto, devido ao número crescente de refugiados, a mencionada solução está se tornando mais limitada, particularmente em casos de fluxo maciço. O reassentamento em terceiros países é a solução para os refugiados que não podem retornar ao país de origem nem permanecer em segurança no seu país de refúgio. “A decisão de reassentar um refugiado é normalmente tomada apenas na ausência de outras opções e quando não há alternativa para garantir a segurança jurídica ou física da pessoa em questão”<sup>4</sup>. Ações preventivas nos países de origem são adotadas como forma de minimizar a crise dos refugiados.

No entanto, todas essas alternativas não estão resolvendo o problema dos refugiados satisfatoriamente. Das possíveis soluções para a

---

2 Karen Musalo, Jennifer Moore, and Richard A. Boswell, *Refugee Law and Policy: A Comparative and International Approach* (Durham: Carolina Academic Press, 2011), 50.

3 Id., 51.

4 Ibid.

crise dos refugiados, a repatriação voluntária é a preferida, mas é menos provável que aconteça, pois depende da segurança do país de origem. Ações preventivas, apesar de minimizar a crise, não resolvem. Portanto, o assentamento local e o reassentamento em terceiros países possuem maior probabilidade de obter êxito. Assim, este estudo irá focar neles.

## **2. Visão Atual sobre a Crise dos Refugiados**

Alguns países não estão dispostos a receber mais refugiados e requerentes de asilo. As preocupações dos governos são muitas: alguns acreditam que seus países não podem arcar com o custo envolvido na hospedagem e no apoio aos refugiados; outros acham que tais esforços de apoio não resultarão em qualquer retorno para seus investimentos; outros ainda estão preocupados com a aculturação de refugiados e requerentes de asilo.

Em muitos aspectos, o problema dos refugiados é visto como um caso de caridade, solidariedade ou direitos humanos internacionais, quando na verdade poderia ser visto como uma oportunidade para o mercado de trabalho local.

Os países poderiam estar mais preocupados em integrar os refugiados ao mercado de trabalho e dar-lhes a chance de demonstrar o que podem fazer quando possuem as ferramentas necessárias para desenvolver suas habilidades profissionais. Este estudo tentará dar uma nova abordagem ao problema dos refugiados, defendendo seu acesso imediato ao mercado de trabalho.

## CAPÍTULO II

### INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS

#### 1. Definição de Refugiados e Requerentes de Asilo em Contraste com a Definição de Imigrantes por Motivos Econômicos.

O termo refugiado é usado para descrever alguém que deixou seu país de nacionalidade para evitar a perseguição ilegal. Um refugiado não tem proteção de seu governo de origem e, como consequência, é forçado a sair do seu país porque está em risco. Por essa razão, ele busca segurança, proteção e não vantagem econômica. Como Goodwin apontou, o termo refugiado “tem um significado mais amplo e mais solto, referindo-se a alguém em fuga, que procura escapar de condições ou circunstâncias pessoais consideradas intoleráveis. O destino não é relevante; o voo é para a liberdade, para a segurança”<sup>5</sup>.

A definição do termo “refugiado” em Direito Internacional foi

---

5

Guy S. Goodwin-Gill and Jane McAdam, *The Refugee in International Law* (Oxford: Oxford University Press, 2011), 15.

adotada pela Convenção das Nações Unidas de 1951 - também conhecida como Convenção de Genebra, no capítulo I (Disposições Gerais), no artigo 1º. Segundo este artigo, refugiado é basicamente uma pessoa que “temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e encontra-se fora do país de sua antiga residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele”. A definição é restritiva, uma vez que estabelece apenas cinco fundamentos (raça, religião, nacionalidade, filiação a um determinado grupo social ou opinião política) para caracterizar o refugiado. Mas isso é perfeitamente compreensível, já que o Direito Internacional não pode proteger todas as pessoas no mundo que estão procurando se mudar para outro país para uma vida melhor só porque seu próprio país não é capaz de lhe fornecer as condições básicas de segurança e subsistência.

Um requerente de asilo, por sua vez, é alguém que pediu o status de refugiado em um país estrangeiro e ainda está aguardando a decisão do governo desse país sobre seu requerimento. Ele não tem um status de

refugiado de proteção pré-aprovado, seja de organizações humanitárias ou do país anfitrião.

Por outro lado, um imigrante por motivos econômicos é uma pessoa que decidiu deixar seu país para ter uma vida melhor em outro lugar. Ele não está fugindo, pois ele pode voltar para casa a qualquer momento. Portanto, refugiados e requerentes de asilo não devem ser confundidos com imigrantes por motivos econômicos.

## **2. O Direito ao Trabalho do Refugiado**

O direito ao trabalho dos refugiados é regulado pela Convenção de Genebra no capítulo III (Empregos Remunerados), através dos artigos 17 a 19. O artigo 17 refere-se a emprego assalariado, concedendo aos refugiados “o tratamento mais favorável dado aos nacionais de um país estrangeiro nas mesmas circunstâncias”. O artigo 18 refere-se ao trabalho autônomo, concedendo aos refugiados “tratamento tão favorável quanto possível e, em qualquer caso, não menos favorável do que o concedido aos estrangeiros em geral nas mesmas circunstâncias”. O artigo 19 refere-se às profissões liberais e repete que os refugiados devem receber “tratamento tão favorável quanto

possível e, em qualquer caso, não menos favorável do que o concedido aos estrangeiros em geral nas mesmas circunstâncias”.

Portanto, os refugiados autônomos e profissionais liberais não possuem a mesma proteção que os refugiados empregados, pois os artigos 18 e 19 concedem um tratamento “não menos favorável” aos refugiados, enquanto o artigo 17 concede um “tratamento mais favorável”. Além disso, “o artigo 17 é reforçado pelo artigo 17 (3), que obriga os países a darem 'consideração solidária para assimilar os direitos de todos os refugiados em relação ao emprego assalariado daqueles de nacionais’”<sup>6</sup>.

Como consequência, o Direito Internacional privilegia a inserção dos refugiados no mercado de trabalho como um empregado subordinado e não como alguém que assume os riscos da atividade econômica. Esta ideia está de acordo com o sentido de proteção que deve ser conferido aos refugiados. Portanto, em relação ao direito do trabalho dos refugiados, não há crítica alguma a ser feita para o Direito Internacional.

---

6 Eve Lester, “Work, the Right to Work, and Durable Solutions: A Study on Sierra Leonean Refugees in The Gambia”, *International Journal of Refugee Law*, Volume 17, Issue 2, (2005), acessado em 26/06/2018; <https://doi.org/10.1093/ijrl/eei012>



Mas deve-se notar que a Convenção de Genebra somente garantiu o direito ao trabalho dos refugiados, ou seja, apenas depois que o status de refugiado é reconhecido é que a pessoa tem acesso ao mercado de trabalho. A Convenção nada disse sobre o direito de trabalhar durante o período de espera após o requerimento de asilo. “No entanto, muitas vezes demora vários meses, até um ano, entre o requerimento do asilo e a sua decisão. Alguns países também permitem certo acesso ao trabalho durante este período”<sup>7</sup>. Os países possuem políticas diferentes sobre o direito ao trabalho dos requerentes de asilo. Por exemplo, a Suécia permite que os asilados trabalhem imediatamente após o requerimento de asilo. Alemanha, Espanha e Reino Unido estabelecem um período de espera diferente, até um ano, e a Irlanda não permite o trabalho dos requerentes de asilo durante o período de espera. O período de espera pode durar vários anos<sup>8</sup>.

Como resultado, o que deve ser mudado não é o Direito Internacional, mas a lei local sobre o direito ao trabalho. Devido à soberania dos países, este estudo não pretende recomendar que todos os países mudem

---

7 Amelie F. Constant and Klaus F. Zimmermann, “Towards a New European Refugee Policy that Works”, *CESifo DICE Report 4* (2016), acessado em 26/06/2018 no endereço <http://www.cesifo-group.de/DocDL/dice-report-2016-4-constant-zimmermann-december.pdf>

8 Tempo de espera de acordo com Jenny Phillimore, “Refugees, Acculturation Strategies, Stress and Integration”, *Journal of Social Policy* 40 (2010), acessado em 26/06/2018; <https://doi.org/10.1017/S0047279410000929>

suas leis. Este trabalho pretende apenas modificar os pontos de vista dos países sobre a crise dos refugiados, para que, se assim o desejarem, promovam as mudanças que imaginem proveitosas para eles.

## **CAPÍTULO III**

### **“FATOR DE ATRAÇÃO”**

#### **1. O Conceito de “Fator de Atração” entre os Legisladores Locais**

Uma pessoa com o status de refugiado declarado só é destinada ao assentamento local ou reassentamento num terceiro país depois que o país anfitrião concorda em receber essa pessoa. Mas se essa mesma pessoa cruzar a fronteira a fim de pedir o status de refugiado no país estrangeiro, ela estará no país anfitrião como um requerente de asilo. Como foi observado na capítulo II, item 1, deste estudo, o requerente de asilo é alguém que pediu o status de refugiado em um país estrangeiro e ainda está aguardando uma decisão do governo desse país no seu caso.

Nesse contexto, “os direitos econômicos dos requerentes de asilo tem sido um foco particular de atenção, e a presunção de que muitos requerentes de asilo não são refugiados 'genuínos' (que migraram como consequência de perseguição) mas sim imigrantes por motivos econômicos

(que buscam principalmente emprego) tornou-se cada vez mais popular”<sup>9</sup>.

Nesse sentido, “fator de atração” é a concepção de que o contexto político sobre o refugiado/asilado pode atuar como uma atração migratória para um país específico, aumentando o número de pessoas interessadas em ir para aquele país em particular. Esta é provavelmente a razão pela qual muitos países introduziram medidas para restringir o direito ao trabalho de refugiados e requerentes de asilo, endurecendo a sua legislação. A Austrália, por exemplo, negou o direito de trabalhar para requerentes de asilo que chegam por barco.

## **2. Por que a Tese do “Fator de Atração” não é Correta**

De acordo com Lucy Mayblin, do Departamento de Política da Universidade de Sheffield, no Reino Unido, “A tese do fator de atração apresenta uma compreensão de 'senso comum' de motivações enraizadas na teoria da escolha racional. Ou seja, a ideia de que os requerentes de asilo tem um conhecimento amplo dos direitos que terão em diferentes países e, em

---

9 Lucy Mayblin, “Complexity Reduction and Policy Consensus: Asylum Seekers, the Right to Work, and the 'Pull Factor' Thesis in the UK Context”, *The British Journal of Politics and International Relations*, Vol 18, Issue 4 (2016), acessado em 26/06/2018; <https://doi.org/10.1177/1369148116656986>

seguida, fazem uma escolha racional com base no potencial de ganho econômico. No entanto, pesquisa efetuada nos últimos 20 anos não encontrou consistentemente nenhuma ligação significativa entre direitos econômicos e país de destino do asilo (Brekke e Aarset, 2009; Castles e Loughna, 2003; Crawley, 2010; Day e White, 2002; Gilbert e Koser, 2006; Hatton, 2004, 2009, Holzer et al., 2000, Keogh, 2013, Middleton, 2005, Neumayer, 2005, Robinson e Sergott, 2002, Sitaropoulos, 2000, Thielemann, 2003, Toshkov, 2014, Valenta, 2014, Valenta e Thorshaug, 2012, 2013; Valenta et al., 2015) »<sup>10</sup>.

No mesmo caminho, Eiko R. Thielemann, do Departamento de Governo / Instituto Europeu da “London School of Economic” afirmou que “numerosos estudos acadêmicos ao longo dos anos rejeitam a teoria do fator de atração, já que pouca evidência foi encontrada no sentido de que a escolha do país de destino era feita de acordo com sua legislação no que se refere às condições de proteção e bem-estar social dos refugiados/asilados. Ele explicou que “a análise empírica mostrou, no entanto, que os fatores explicativos mais poderosos para a escolha do país anfitrião pelo solicitante de asilo claramente não levam em consideração a maximização do bem-estar

---

10

Id.

a curto prazo pelo requerente, mas legados de redes de imigrantes, oportunidades de emprego e percepções dos requerentes de asilo sobre a relativa "liberalidade" de um determinado país de acolhimento, ou seja, mais fatores "estruturais" que, pelo menos a curto e médio prazo, estão fora do alcance dos legisladores políticos em matéria de asilo. Ele também destacou que “como os países tendem a copiar as medidas de dissuasão introduzidas por outros países, o impacto desejado de tais tentativas por um país para tornar sua política de asilo mais restritiva em relação a outros países hospedeiros potenciais é muitas vezes limitado a um prazo muito curto”. Finalmente, ele concluiu que “a eficácia das medidas políticas unilaterais será, portanto, mais prejudicada pelos esforços multilaterais de harmonização das políticas internacionais”<sup>11</sup>.

Quase 90% dos refugiados do mundo estão em países vizinhos a sua terra natal<sup>12</sup>.

Portanto, com base no princípio de que a maioria dos refugiados

---

11 Eiko R. Thielemann, “Does Policy Matter? On Governments' Attempts to Control Unwanted Migration” (November 2003). IIS Discussion Paper No. 9, acessado em 26/06/2018; <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.495631>

12 Paul Collier and Alexander Betts, “Why Denying Refugees the Right to Work is a Catastrophic Error”, *The Guardian* (2017), acessado em 26/06/2018 no endereço <https://www.theguardian.com/world/2017/mar/22/why-denying-refugees-the-right-to-work-is-a-catastrophic-error>

e requerentes de asilo escolhem seu país anfitrião de acordo com razões geográficas ou históricas, não há justificativa para dificultar seu direito ao trabalho, pois não há evidências que sustentem a teoria de que o acesso ao mercado de trabalho atua como um fator de atração para os refugiados e requerentes de asilo.

De fato, Lucy Mayblin, já citada, registrou que “a remoção do direito ao trabalho não teve impacto no volume de pedidos de asilo de acordo com o estudo de Zetter et al. (2003) sobre as políticas de asilo em toda a Europa 1990-2000, e a conclusão sobre o emprego como fator de atração é ainda mais desafiada pelas conclusões de que os pedidos de asilo não diminuem quando aumenta o desemprego nos países de acolhimento (Holzer et al., 2000; Neumayer, 2005)”.<sup>13</sup>

Além disso, os legisladores não deveriam olhar para as pessoas que buscam asilo como se elas fossem imigrantes por motivos econômicos, porque elas não são. São pessoas que possuem um temor fundado de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou

---

13

Lucy Mayblin, “Complexity Reduction and Policy Consensus: Asylum Seekers, the Right to Work, and the 'Pull Factor' Thesis in the UK Context”, *The British Journal of Politics and International Relations*, Vol 18, Issue 4 (2016), acessado em 26/06/2018; <https://doi.org/10.1177/1369148116656986>

opinião política e não possuem escolha para permanecer no seu país de origem. Elas não estão procurando uma vida melhor ou vantagem econômica em outro lugar. Elas só buscam segurança e proteção.



## CAPÍTULO IV

# BENEFÍCIOS DO TRABALHO

### 1. Aculturação, Saúde Mental, Dignidade e Subsistência

Quando uma pessoa tem um emprego, geralmente ela possui alguma rotina na vida diária, pois precisa acordar, vestir-se de maneira adequada e chegar ao trabalho na hora certa. Normalmente, esta pessoa ainda conhecerá outros indivíduos em seu local de trabalho e desenvolverá um grupo social lá, obtendo alguma forma de estrutura para sua vida. Quando a professora Jenny Phillimore escreveu um artigo sobre refugiados, ela observou que “ter um emprego impactava na sua auto-estima e os capacitava a conhecer outras pessoas”<sup>14</sup>. Ela também descobriu que “os refugiados que conseguiram obter trabalho também conseguiram se aculturar melhor do que os que estavam desempregados”<sup>15</sup>.

---

14 Jenny Phillimore, “Refugees, Acculturation Strategies, Stress and Integration”, *Journal of Social Policy* 40 (2010), acessado em 26/06/2018; <https://doi.org/10.1017/S0047279410000929>

15

Id.

Com efeito, estar no mercado de trabalho é uma forma de se integrar numa nova sociedade, aprender uma nova cultura e, se o idioma local é diferente da língua materna, é também uma oportunidade para os refugiados e requerentes de asilo aprenderem ou melhorarem suas habilidades linguísticas e de comunicação. É um caminho para a autonomia.

“Enquanto todos os refugiados tiveram que passar pelo processo de asilo, o tempo que tiveram que esperar por uma decisão foi uma variável chave que impactou em sua capacidade de aculturar. Aqueles que esperaram muito tempo, essencialmente, colocaram suas vidas em espera e não puderam se reunir com pessoas de sua própria cultura ou se engajar em educação ou emprego para conhecer outras pessoas”<sup>16</sup>.

Porém, mais importante do que isso, o direito ao trabalho é um caminho para manter a saúde mental dos refugiados e dos solicitantes de asilo, já que eles terão algo a fazer, estando com suas mentes ocupadas. Eles não serão vistos como preguiçosos. Eles não ficarão deprimidos, pois sentirão que estão sendo produtivos. O trabalho, em regra, é a fonte da subsistência das pessoas num mundo capitalista e os refugiados e requerentes de asilo sentirão

que merecem o dinheiro que recebem pela sua subsistência. Eles não vão sentir que estão “pedindo esmola” ou implorando por algo. Como resultado, eles receberão de volta, mesmo em parte, o senso de dignidade humana que lhes foi retirado.

Um estudo conduzido na Austrália constatou que “os solicitantes de asilo entrevistados destacam que viver sem o direito de trabalhar, recebendo apoio financeiro mínimo e, assim, passar longos períodos com muito pouco a fazer, é uma fonte de exacerbação de sentimentos de grande ansiedade, tristeza e medo”<sup>17</sup>.

Além disso, os refugiados e solicitantes de asilo que possuem nível acadêmico (um médico, por exemplo) podem perder sua capacidade ou qualificação se não exercerem sua profissão por muito tempo.

Portanto, a concessão do direito ao trabalho a refugiados e requerentes de asilo tem um impacto positivo na sua aculturação, saúde mental, dignidade e subsistência, enquanto a falta de acesso ao trabalho pode

---

17

Caroline Fleay, and Lisa Hartley, “I Feel like a Beggar’: Asylum Seekers Living in the Australian Community Without the Right to Work”, *Journal of International Migration and Integration* (2016), acessado em 26/06/2018; <https://doi.org/10.1007/s12134-015-0453-x>

impedir que os refugiados e requerentes de asilo desenvolvam conexões sociais na nova comunidade. e também pode destruir suas habilidades relacionadas ao trabalho que exige alta qualificação.

## **2. Diminuição dos Custos para o País Anfitrião**

Se os refugiados e requerentes de asilo mantiverem a sua capacidade de trabalhar, obtendo seu sustento próprio e de suas famílias sem receberem benefícios sociais do governo, reduzirão os seus custos para o país que o acolheram. Considerando que alguns países não estão dispostos a receber mais refugiados e requerentes de asilo porque acreditam que seus países não podem arcar com o custo envolvido na hospedagem e apoio a refugiados, a expansão do direito ao trabalho dos refugiados e solicitantes de asilo pode ser um bom começo para mudar a visão acerca dessa questão, pois o argumento sobre o custo de acolher os refugiados não se sustentará, uma vez que as despesas do país anfitrião com os refugiados e requerentes de asilo serão grandemente reduzidas. Há um estudo mostrando que “os refugiados podem e estão dispostos a financiar seus custos através do trabalho, e podem ser úteis nas economias do país anfitrião”<sup>18</sup>.

---

18

Amelie F. Constant and Klaus F. Zimmermann, “Towards a New European Refugee Policy that Works”, *CESifo DICE Report 4* (2016),

Por outro lado, é mais barato para o país anfitrião atualizar a qualificação de um médico estrangeiro e treiná-lo para exercer essa profissão no país do que pagar a educação completa de um novo profissional.

## **CAPÍTULO V**

# **BENEFÍCIOS QUE OS REFUGIADOS PROPORCIONAM PARA A SOCIEDADE**

### **1. Diversidade, Aculturação e Dinamismo**

A diversidade, como uma mistura de pessoas diferentes, é, antes de tudo, uma lição de vida. Pessoas com origens completamente diversas geralmente contribuem em muitos aspectos para um ambiente rico, compartilhando suas diferentes ideias e pontos de vista. Por exemplo, este é provavelmente o resultado buscado pela Faculdade de Direito da Universidade de Syracuse, quando decidiu ter alunos estrangeiros do LL.M com alunos JD (do curso regular de Direito) na mesma sala de aula<sup>19</sup>. Todos são enriquecidos pela exposição a diferentes culturas, crenças, opiniões, habilidades, formações acadêmicas anteriores e identidades. Aumentar a consciência e compreensão de todas as diferenças entre as pessoas, abraçando

---

19

Esta ideia já foi apresentada pela autora no artigo “Política de Ação Afirmativa para Admissão no Ensino Superior”, entregue para a Professora Cora True-Frost no curso de Direito Constitucional II da Faculdade de Direito da Universidade de Syracuse.

e celebrando as semelhanças, pode promover uma comunidade mais forte e mais confiante.

O termo aculturação “geralmente refere-se às mudanças que acontecem nos grupos e indivíduos quando duas culturas diferentes se encontram”<sup>20</sup>. No contexto dos refugiados e requerentes de asilo, a relação entre as duas culturas geralmente não é equilibrada. Segundo Berry, “embora, em teoria, a aculturação afete tanto as populações hospedeiras quanto as recém-chegadas, à medida que elas se encontram e se adaptam ao advento de uma sociedade mais diversa, na prática, as mudanças tendem a ser mais experimentadas por um grupo do que por outro”<sup>21</sup>. Os refugiados podem se sentir “separados” da nova cultura, mas depois de um tempo eles acabam assimilando a cultura do país anfitrião, como explica a teoria do “caldeirão”<sup>22</sup>.

Nesse sentido, os refugiados preservam sua cultura de origem e, ao mesmo

---

20 Jenny Phillimore, “Refugees, Acculturation Strategies, Stress and Integration”, *Journal of Social Policy* 40 (2010), acessado em 26/06/2018; <https://doi.org/10.1017/S0047279410000929>

21 John Wiley Berry, “Immigration, Acculturation and Adaptation”, *Applied Psychology: An International Review* (1997), acessado em 26/06/2018; <https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.1997.tb01087.x>

22 De acordo com Stacy Warner Maddern, “Melting Pot Theory”, *The Encyclopedia of Global Human Migration* (2013), acessado em 26/06/2018; <https://doi.org/10.1002/9781444351071.wbeghm359>: “A teoria do caldeirão tem sido usada para descrever sociedades que são formadas por uma variedade de culturas imigrantes que eventualmente produzem novas formas sociais e culturas híbridas. A teoria do caldeirão sustenta que, assim como os metais se fundem em grande calor, o derretimento de várias culturas produzirá um novo composto, que possui grande força e outras vantagens combinadas.”

tempo, adaptam-se ao país que os acolheu.

Phillippe Legrain, fundador da Rede de Economia Política Aberta (OPEN), já destacou que “graças às suas diversas perspectivas e experiências, os refugiados e seus filhos podem ajudar a gerar novas ideias e tecnologias. As pessoas que foram desenraizadas de uma cultura e expostas a outra tendem a ser mais criativas, enquanto estudos mostram que grupos diferentes superam especialistas de mentalidade semelhante na resolução de problemas”<sup>23</sup>. Ele também observou que “mais de três entre quatro patentes geradas nas dez melhores universidades americanas produtoras de patentes em 2011 tinham pelo menos um inventor nascido no exterior”, o que mostra como é forte o argumento da diversidade.

Há também a teoria do dinamismo, uma vez que alguns refugiados são empreendedores e abrem empresas que criam riqueza, empregam moradores locais, tornam a economia mais dinâmica. Por exemplo, “Sergey Brin, que chegou aos EUA quando criança refugiado da União Soviética, fundou o Google, hoje a segunda empresa mais valiosa dos Estados

---

23

Phillippe Legrain, “Refugees are not a Burden but an Opportunity”, *OECD Yearbook 2016* (2016), acessado em 26/06/2018; <http://www.oecd.org/migration/refugees-are-not-a-burden-but-an-opportunity.htm>



Unidos. Li Ka-shing, que estava entre os chineses do continente que procuraram refúgio na capital britânica de Hong Kong depois da Revolução Comunista em 1949, é agora o homem mais rico da Ásia”<sup>24</sup>.

Os argumentos acima sobre diversidade, aculturação e dinamismo são provavelmente fortes o suficiente para destruir dois dos motivos que alguns países possuem para não receber refugiados e requerentes de asilo, isto é, a preocupação com a aculturação e com o pensamento de que o custo com hospedagem e apoio aos refugiados e requerentes de asilo não resultará em nada de volta para os países anfitriões como recompensa de seus investimentos. Todavia, os exemplos apresentados neste estudo, e muitos outros, mostram como alguns refugiados melhoraram a economia dos países que os acolheram. É por isso que a expansão do direito ao trabalho dos refugiados e requerentes de asilo pode ser um bom começo para mudar a visão sobre os refugiados.

Como os professores Paul Collier e Alexander Betts notaram, “raramente os economistas pensam sobre os refugiados. O pressuposto dominante é que os refugiados são uma questão humanitária e, portanto, os

estudos sobre eles foram conduzidos por advogados e antropólogos. No entanto, a verdade é que os refugiados ao redor do mundo levam vidas econômicas complexas e diversificadas. Eles são consumidores, produtores, compradores, vendedores, mutuários, financiadores e empreendedores. Diante de novos mercados, contextos regulatórios e redes sociais, eles são frequentemente altamente inovadores, criando maneiras criativas de se sustentar. Um estudo recente encomendado pelo Centro de Estudos para Refugiados em Oxford e realizado em Uganda - um dos poucos países que permite que os refugiados trabalhem - mostra o quanto eles podem contribuir. Em Kampala, a capital do país, 21% dos refugiados administram uma empresa que emprega pelo menos uma outra pessoa; daqueles que empregam, 40% são cidadãos do país anfitrião”<sup>25</sup>.

As pessoas podem concordar com a tese da diversidade, aculturação e dinamismo e, ao mesmo tempo, sustentar que a preferência do governo do país anfitrião deve ser encorajar a migração voluntária de jovens, bem educados e com as qualificações profissionais necessárias para estimular a economia. Contudo, “nenhum país rico com uma força de trabalho bem

---

25

Paul Collier and Alexander Betts, “Why Denying Refugees the Right to Work is a Catastrophic Error”, *The Guardian* (2017), acessado em 26/06/2018; <https://www.theguardian.com/world/2017/mar/22/why-denying-refugees-the-right-to-work-is-a-catastrophic-error>

preparada se destaca como exportador de profissionais”<sup>26</sup>.

Além disso, alguns estudos sugerem que os imigrantes por motivos econômicos poderiam ter decidido ir para outro país devido à seleção negativa, o que significa que provavelmente não conseguiriam encontrar melhores empregos em seu país de origem e, por isso, decidiram deslocar-se em busca de outras oportunidades de emprego. Por outro lado, os refugiados e os requerentes de asilo mudam de país porque não tem escolha para ficar no seu país de origem. Eles precisam encontrar um novo lugar para morar. Portanto, em comparação com os imigrantes por motivos econômicos, os refugiados e os solicitantes de asilo possuem menor probabilidade de retornar ao seu país de origem e, como consequência, possuem mais incentivos para assimilar rapidamente a língua e a cultura do novo país e ter um melhor desempenho lá.

De fato, uma pesquisa sobre como os refugiados vietnamitas atuam no mercado de trabalho dos EUA em relação aos imigrantes por motivos econômicos concluiu empiricamente que “os refugiados recebem

---

26 José Pastore, “Educação e Trabalho de Refugiados”, *O Estado de São Paulo*, (2015), acessado em 26/06/2018; <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,educacao-e-trabalho-de-refugiados--imp-,1804723>

uma renda menor do que os imigrantes por motivos econômicos nos Estados Unidos, mas com o tempo sua renda passa a exceder a dos imigrantes por motivos econômicos”<sup>27</sup>. A pesquisa explicou que isso é provavelmente devido à limitada capacidade de comunicação que os refugiados possuíam na língua inglesa, no início, uma vez que não planejavam mudar de país. O pesquisador descobriu que a limitada capacidade de comunicação pode resultar em vários graus de discriminação pelos empregadores, mas, após alguns anos de residência nos EUA, os refugiados melhoram suas habilidades linguísticas e de trabalho e, como resultado, sua renda aumenta substancialmente, excedendo a renda dos imigrantes por motivos econômicos em mais de sete mil dólares americanos por ano.

## **2. Demografia e Economia**

Para manter o tamanho da população, é necessário uma média de 2,1 nascimentos por mulher durante a vida. Se a taxa de fertilidade for inferior a 2,1, o número de recém-nascidos não será suficiente para substituir as

---

27 Lily Chang, “Refugee Versus Economic Immigrant Labor Market Assimilation in the United States: A Case Study of Vietnamese Refugees”, *The Park Place Economist*: Vol. 25 (2017), acessado em 26/06/2018; <https://digitalcommons.iwu.edu/parkplace/vol25/iss1/19>

pessoas que morrem e a população diminuirá. Como consequência, a nova geração será menor do que a que veio antes e provavelmente não conseguirá sustentar a economia, arriscando a capacidade do país de pagar aposentadorias, lidar com demandas de saúde e muito mais. “A rápida contração da força de trabalho pode ter um impacto negativo na economia, no crescimento, no consumo e na capacidade das gerações atuais de pagar pelos direitos dos idosos”<sup>28</sup>.

Na Europa, “os cidadãos não conseguem gerar crianças suficientes para manter o tamanho da população constante ao longo do tempo”<sup>29</sup>. Segundo as estatísticas do Eurostat, “em 2015, a taxa de fecundidade total na UE-28 era de 1,58 nascidos vivos por mulher (a mesma taxa foi registada em 2014) ... Entre os Estados-Membros da UE, a França registou a maior taxa de fertilidade em 2015, com 1,96 nascidos vivos por mulher. Em contrapartida, as menores taxas de fertilidade registadas em 2015 foram registadas em Portugal (1,31 nascidos vivos por mulher), na Polónia e

---

28 Lois M. Collins, “The Potential Impact of Falling Fertility Rates on the Economy and Culture”, *Deseret News* (2014), acessado em 26/06/2018; <https://www.deseretnews.com/article/865603669/The-potential-impact-of-falling-fertility-rates-on-the-economy-and-culture.html>

29 Aamna Mohdin, “France is Showing Europe How to Make Enough Babies to Replenish its Population”, *Quartz* (2017), acessado em 26/06/2018; <https://qz.com/929745/france-is-the-closest-country-in-europe-to-having-enough-babies-to-replace-all-those-dying>

em Chipre (ambos 1,32 nascidos vivos por mulher), Grécia e Espanha (ambos 1,33 nascidos vivos por mulher)”<sup>30</sup>. Devido à diminuição da taxa de natalidade, a Europa está tendo mais dependentes idosos para as pessoas em idade de trabalhar. Outro ponto a ser observado é que a expectativa de vida está aumentando constantemente, o que significa que os dependentes viverão ainda mais. “Entre 2000 e 2015, a esperança de vida global média ao nascer aumentou cerca de 5 anos, atingindo uma média de 73,8 anos para as mulheres e 69,1 anos para os homens”<sup>31</sup>. Segundo a Comissão Europeia, em 2025 mais de 20% dos europeus terão 65 anos ou mais, com um aumento particularmente rápido no número de pessoas com mais de 80 anos, colocando mais pressão sobre no sistema de saúde e nos serviços sociais em toda a região.<sup>32</sup>

Reforçando os efeitos da demografia na economia, Caitlin Cheadle argumentou que “o aumento global das populações dependentes de idosos terá sérias consequências econômicas. Os custos com cuidados de

---

30 “Fertility Statistics”, *Eurostat Statistics Explained* (2017), acessado em 26/06/2018; [ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Fertility\\_statistics](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Fertility_statistics)

31 Caitlin Cheadle, "Fertility Rates Keep Dropping, and it's Going to Hit the Economy Hard", *Visual Capitalist* (2016), acessado em 26/06/2018; <http://www.visualcapitalist.com/fertility-rates-dropping-economy>

32 Holly Ellyatt, “Migrants Could Help Solve Europe's Aging Problem”, *CNBC* (2015), acessado em 26/06/2018; <https://www.cnbc.com/2015/09/11/migrants-could-help-solve-europes-aging-problem.html>

saúde para os idosos irão sobrecarregar os recursos, enquanto a menor população de trabalhadores terá dificuldades em produzir receitas fiscais suficientes para suportar estes custos crescentes. É provável que isso faça com que o poder de compra diminua, o consumismo diminua, a produção de empregos diminua e a economia fique estagnada”<sup>33</sup>.

Portanto, um dos desafios da Europa é a sua demografia, pois a população está envelhecendo e a futura força de trabalho nativa está em declínio. Os refugiados podem ajudar o problema demográfico da Europa, já que eles geralmente mudam de país numa idade ativa, carregando seus filhos. Além disso, filhas e netas de refugiados geralmente possuem uma taxa de natalidade maior que a média na Europa, devido a razões culturais, e também porque querem estabelecer uma nova grande família no país anfitrião para se sentirem em casa. Neste sentido, os benefícios que os refugiados e os requerentes de asilo dão às últimas gerações do país anfitrião permanecem por várias gerações.

---

33

Caitlin Cheadle, "Fertility Rates Keep Dropping, and it's Going to Hit the Economy Hard", *Visual Capitalist* (2016), acessado em 26/06/2018; <http://www.visualcapitalist.com/fertility-rates-dropping-economy>

## CAPÍTULO VI

### PERSPECTIVA

#### 1. O exemplo da Alemanha

Sobre perspectiva, vale a pena mencionar o exemplo da Alemanha. Nos últimos anos, a Alemanha recebeu mais refugiados do que qualquer outro país da Europa. A chanceler alemã disse que é um dever cívico e humanitário ajudar os que fogem da morte em seus países de origem, mas, de acordo com José Pastore, “há uma importante razão econômica para a Alemanha acolher tanta gente estranha em seu território: sua população está encolhendo de modo assustador e, em breve, a força de trabalho será insuficiente para sustentar o país”<sup>34</sup>. O relatório da Comissão Europeia apontou que a população da Alemanha diminuirá de 81,3 milhões em 2013 para 70,8 milhões em 2060 - significando que a maior economia da Europa

---

34 José Pastore, “Educação e Trabalho de Refugiados”, *O Estado de São Paulo*, (2015), acessado em 26/06/2018; <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,educacao-e-trabalho-de-refugiados--imp-,1804723>



poderia se sair bem aceitando imigrantes em idade de trabalhar.<sup>35</sup>

Pastore explica que a Alemanha tem a menor taxa de crescimento populacional do mundo desenvolvido (8,2 por mil habitantes), mencionando que França e Inglaterra possuem uma taxa muito mais alta (12,5 por mil) e logo seriam os países mais populosos da Europa, superando a Alemanha. Ele argumentou que, “ao mesmo tempo que os alemães passaram a viver muito (88 anos em média), o país viu despencar a reposição da sua população. Em menos de 15 anos, a força de trabalho cairá de 61% da população para pouco mais de 50%, tornando cada idoso dependente de um jovem”<sup>36</sup>. Ele também acrescentou que “incentivos direcionados para estimular nascimentos não deram resultado. Entre 2000 e 2013, a taxa de fertilidade caiu 11%”<sup>37</sup>. Seguindo seus argumentos, a conclusão é que no futuro próximo, se nada mudar, o crescimento da economia alemã diminuiria, porque o país teria que gastar seu orçamento com benefícios da Previdência Social, inibindo os investimentos necessários para o desenvolvimento da nação.

---

35 Holly Ellyatt, “Migrants Could Help Solve Europe's Aging Problem”, *CNBC* (2015), acessado em 26/06/2018; <https://www.cnbc.com/2015/09/11/migrants-could-help-solve-europes-aging-problem.html>

36 José Pastore, “Educação e Trabalho de Refugiados”, *O Estado de São Paulo*, (2015), acessado em 26/06/2018; <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,educacao-e-trabalho-de-refugiados--imp-,1804723>

37

Id.

Portanto, a Alemanha precisava de migrantes e foi uma decisão inteligente começar a aceitar mais refugiados e requerentes de asilo. Como explicou Pastore, “muito rapidamente, o governo alemão colocou jovens aprendendo o idioma alemão à noite e trabalhando como estagiários e em serviços pouco qualificados durante o dia - limpeza, entrega, jardinagem, etc. Para os mais educados, as escolas vocacionais e universidades abriram vagas na medida do possível . O mais importante vem agora: como 40% dos refugiados são crianças, o governo mobilizou enormes recursos para fortalecer as escolas para atender imediatamente esses estudantes. Mais de 3.000 professores foram contratados, dando prioridade ao ensino do idioma alemão. Pelo fato de aprenderem a língua com mais facilidade, as crianças estarão prontas para o bom ensino profissional alemão dentro de poucos anos e para entrar no mercado de trabalho a partir de 2030, cobrindo, assim, o referido déficit demográfico e reequilibrando a força de trabalho para manter a Alemanha como locomotiva do crescimento europeu”<sup>38</sup>. Além disso, os refugiados e solicitantes de refúgio estão sendo auxiliados pelas atividades cotidianas, como atividades esportivas e de lazer, o que ajuda na sua aculturação.

A mesma conclusão sobre como era vantajoso para a Alemanha receber refugiados foi encontrada por Phillippe Legrain, fundador da Open Political Economy Network (OPEN). Ele escreveu que “sociedades envelhecidas com uma população nativa em declínio, como a da Alemanha, se beneficiam da chegada de refugiados mais jovens, que fornecem um dividendo demográfico. Além de complementar as habilidades dos trabalhadores mais velhos e mais experientes, os refugiados ajudam a pagar pelo crescente número de aposentados. Eles também podem ajudar os números populacionais significando, portanto, investimento e crescimento”<sup>39</sup>. Ele ainda observou que “alguns refugiados fazem trabalhos sujos, difíceis, perigosos e maçantes que os locais rejeitam, como limpar escritórios e cuidar de idosos. Esse dividendo permite que os cidadãos locais façam trabalhos mais qualificados e com melhores salários que eles preferem”<sup>40</sup>.

## **2. Considere os Refugiados não como um ônus, mas como um investimento**

---

39 Phillippe Legrain, “Refugees are not a Burden but an Opportunity”, *OECD Yearbook 2016* (2016), acessado em 26/06/2018; <http://www.oecd.org/migration/refugees-are-not-a-burden-but-an-opportunity.htm>

40

Id.

O novo olhar da Alemanha sobre os refugiados deveria servir de exemplo para que outros países possam vê-los não como um ônus, mas como um investimento.

Receber refugiados não é apenas uma maneira de resolver um problema demográfico, mas uma maneira de evitar um problema econômico. Receber refugiados pode ser visto como um investimento para o país anfitrião. “Os refugiados podem contribuir economicamente para as sociedades que os acolhem de várias maneiras: como trabalhadores, inovadores, empresários, contribuintes, consumidores e investidores. Seus esforços podem ajudar a criar empregos, elevar a produtividade e os salários dos trabalhadores locais, aumentar o retorno de capital, estimular o investimento e o comércio internacional, além de impulsionar inovação, empresas e crescimento”<sup>41</sup>.

Por exemplo, o jornal “The New York Times” publicou recentemente que um estudo do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos descobriu que nesse país os refugiados trouxeram 63 bilhões de dólares americanos a mais em receitas para o governo na última

---

41

Id.

década em realação ao que custaram.<sup>42</sup> De acordo com o relatório mencionado, os refugiados pagaram mais impostos federais, estaduais e locais do que consumiram em benefícios públicos. Ainda de acordo com este relatório, os refugiados ocuparam empregos em indústrias de serviços que os americanos não quiseram. Como resultado, não podemos apoiar a ideia de que os refugiados assumem os empregos dos cidadãos locais. Eles não fazem isso. Regra geral, no início, refugiados e requerentes de asilo trabalham em empregos mal remunerados que os nacionais dos países desenvolvidos não querem. Mais tarde, poderão encontrar outras posições mais bem pagas, se passarem de trabalhadores pouco qualificados para trabalhadores altamente qualificados, mas ainda assim preenchem uma lacuna no mercado de trabalho. Em uma economia desenvolvida, há sempre espaço para novos trabalhadores, como podemos ver na experiência americana. Embora este estudo seja sobre a crise europeia, o princípio que se aplica é o mesmo.

Portanto, a visão sobre refugiados e requerentes de asilo deve ser alterada. “Uma discussão mais equilibrada sobre migração pode nos levar de uma posição em que os solicitantes de asilo e refugiados são difamados pelo

---

42 Julie Hirschfeld Davis, and Somini Sengupta, "Trump Administration Rejects Study Showing Positive Impact of Refugees", *The New York Times* (2017), acessado em 26/06/2018 at <https://www.nytimes.com/2017/09/18/us/politics/refugees-revenue-cost-report-trump.html>

Estado, pela mídia e pela população em geral, até o ponto em que a realidade da experiência dos refugiados é compreendida e eles são tratados com mais simpatia e menos medo, recebendo o apoio inicial que precisam. Uma política mais humana para os refugiados e requerentes de asilo, com decisões claras e transparentes, em processos rápidos e eficientes, com melhores condições para aqueles que aguardam uma decisão pode tornar a experiência do solicitante de asilo menos estressante e marginalizante”<sup>43</sup>.

Este estudo sugere que refugiados e requerentes de asilo sejam vistos não como um ônus, mas como um investimento. Como conclusão, uma solução para a crise europeia de refugiados pode ser encontrada no mercado de trabalho. Assim, o adequado direito ao trabalho de refugiados e requerentes de asilo pode ser uma solução para a referida crise.

Esta nova abordagem provavelmente trará mais benefícios para o país anfitrião do que para os refugiados e requerentes de asilo, como foi fundamentado nos tópicos anteriores sobre diversidade, aculturação, dinamismo, demografia e economia. A nova abordagem baseia-se no valor do

---

43 Jenny Phillimore, “Refugees, Acculturation Strategies, Stress and Integration”, *Journal of Social Policy* 40 (2010), acessado em 26/06/2018; <https://doi.org/10.1017/S0047279410000929>

trabalho dos refugiados, mas está além dele, pois muitos outros valores também são levados em conta.

Finalmente, os países que podem beneficiar-se dos fatores mencionados acima devem mudar sua legislação interna a fim de expandir o direito ao trabalho dos refugiados e solicitantes de asilo, dando-lhes a oportunidade de demonstrar o que podem fazer quando possuem as ferramentas necessárias para desenvolver suas habilidades profissionais. Os refugiados e os requerentes de asilo devem ter as suas qualificações profissionais registadas logo que chegam ao país de acolhimento e devem receber um adequado treinamento de idioma e formação profissional. Eles não devem ficar nos campos de recepção por muito tempo. Refugiados e requerentes de asilo devem ser distribuídos em locais que precisam de sua força de trabalho específica e devem também ter a possibilidade de se deslocar para as áreas geográficas no país de acolhimento onde suas habilidades profissionais se encaixam melhor.

## CONCLUSÃO

Uma solução para a crise europeia de refugiados pode ser encontrada olhando para os refugiados e requerentes de asilo não como um ônus, mas como um investimento.

Essa nova abordagem é possível quando os refugiados são vistos como uma forma de resolver um problema demográfico e evitar um problema econômico. Em outras palavras, se eles são vistos como um investimento para o país anfitrião, os governos dos países de acolhimento se sentirão motivados a tratar os refugiados e requerentes de asilo com mais simpatia e menos medo, mudando sua legislação interna a fim de proporcionar aos refugiados e requerentes de asilo as ferramentas necessárias para desenvolverem suas habilidades profissionais.

Este estudo sustenta que o adequado direito ao trabalho dos refugiados e dos requerentes de asilo pode ser uma solução para a crise europeia dos refugiados.



## BIBLIOGRAFIA

Berry, John Wiley. "Immigration, Acculturation and Adaptation". *Applied Psychology: An International Review* (1997). Acessado em 26/06/2018; <https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.1997.tb01087.x>

Chang, Lily. "Refugee Versus Economic Immigrant Labor Market Assimilation in the United States: A Case Study of Vietnamese Refugees". *The Park Place Economist: Vol. 25* (2017). Acessado em 26/06/2018; <https://digitalcommons.iwu.edu/parkplace/vol25/iss1/19>

Cheadle, Caitlin. "Fertility Rates Keep Dropping, and it's Going to Hit the Economy Hard". *Visual Capitalist* (2016). Acessado em 26/06/2018; <http://www.visualcapitalist.com/fertility-rates-dropping-economy>

Collier, Paul, and Alexander Betts. "Why Denying Refugees the Right to Work is a Catastrophic Error". *The Guardian* (2017). Acessado em 26/06/2018; <https://www.theguardian.com/world/2017/mar/22/why-denying-refugees-the-right-to-work-is-a-catastrophic-error>

Collins, Lois M. "The Potential Impact of Falling Fertility Rates on the Economy and Culture". *Deseret News* (2014). Acessado em 26/06/2018; <https://www.deseretnews.com/article/865603669/The-potential-impact-of-falling-fertility-rates-on-tje-economy-and-culture.html>

Constant, Amelie F., and Klaus F. Zimmermann. "Towards a New European Refugee Policy that Works", *CESifo DICE Report 4* (2016). Acessado em 26/06/2018; <http://www.cesifo-group.de/DocDL/dice-report-2016-4-constant-zimmermann-december.pdf>

Davis, Julie Hirschfeld, and Somini Sengupta, "Trump Administration Rejects Study Showing Positive Impact of Refugees". *The New York Times* (2017). Acessado em 26/06/2018; <https://www.nytimes.com/2017/09/18/us/politics/refugees-revenue-cost-report-trump.html>

Ellyatt, Holly. "Migrants Could Help Solve Europe's Aging Problem". *CNBC* (2015). Acessado em 26/06/2018; <https://www.cnbc.com/2015/09/11/migrants-could-help-solve-europes-aging-problem.html>

“Fertility Statistics”, *Eurostat Statistics Explained* (2017). Acessado em 26/06/2018; [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Fertility\\_statistics](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Fertility_statistics)

Fleay, Caroline, and Lisa Hartley. “I Feel like a Beggar’: Asylum Seekers Living in the Australian Community Without the Right to Work”. *Journal of International Migration and Integration* (2016). Acessado em 26/06/2018; <https://doi.org/10.1007/s12134-015-0453-x>

Goodwin-Gill, Guy S., and Jane McAdam. *The Refugee in International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

Legrain, Phillippe. “Refugees are not a Burden but an Opportunity”, *OECD Yearbook 2016* (2016). Acessado em 26/06/2018; <http://www.oecd.org/migration/refugees-are-not-a-burden-but-an-opportunity.htm>

Lester, Eve. “Work, the Right to Work, and Durable Solutions: A Study on Sierra Leonean Refugees in The Gambia”. *International Journal of Refugee Law*, Volume 17, Issue 2, (2005). Acessado em 26/06/2018;

<https://doi.org/10.1093/ijrl/eei012>

Maddern, Stacy Warner. “Melting Pot Theory”. *The Encyclopedia of Global Human Migration* (2013). Acessado em 26/06/2018

<https://doi.org/10.1002/9781444351071.wbeghm359>

Mayblin, Lucy. “Complexity Reduction and Policy Consensus: Asylum Seekers, the Right to Work, and the 'Pull Factor' Thesis in the UK Context”.

*The British Journal of Politics and International Relations*, Vol 18, Issue 4

(2016). Acessado em 26/06/2018; <https://doi.org/10.1177/1369148116656986>

Mohdin, Aamna. “France is Showing Europe How to Make Enough Babies to Replenish its Population”. *Quartz* (2017). Acessado em 26/06/2018;

<https://qz.com/929745/france-is-the-closest-country-in-europe-to-having-enough-babies-to-replace-all-those-dying>

Musalo, Karen, Jennifer Moore, and Richard A. Boswell. *Refugee Law and Policy: A Comparative and International Approach*. Durham: Carolina Academic Press, 2011.

Pastore, José. “Educação e Trabalho de Refugiados”. *O Estado de São Paulo*, (2015). Acessado em 26/06/2018; <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,educacao-e-trabalho-de-refugiados—imp-,180473>;

Phillimore, Jenny. “Refugees, Acculturation Strategies, Stress and Integration”. *Journal of Social Policy* 40 (2010). Acessado em 26/06/2018; <https://doi.org/10.1017/S0047279410000929>

UNHCR Statistical Yearbook, acessado em 26/06/2018; <http://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html>

Thielemann, Eiko R., “Does Policy Matter? On Governments' Attempts to Control Unwanted Migration” (November 2003). IIS Discussion Paper No. 9. Acessado em 26/06/2018; <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.495631>

**CRISTIANE SOUZA DE CASTRO TOLEDO**

**IS EXPANDING RIGHT TO WORK  
A SOLUTION TO THE CURRENT  
EUROPEAN REFUGEE CRISIS?**

**LL.M.**

**SYRACUSE UNIVERSITY COLLEGE OF LAW  
SYRACUSE - NEW YORK – USA - 2018**

**CRISTIANE SOUZA DE CASTRO TOLEDO**

**IS EXPANDING RIGHT TO WORK  
A SOLUTION TO THE CURRENT  
EUROPEAN REFUGEE CRISIS?**

**Writing Requirement Paper presented  
to Syracuse University College of Law,  
New York, United States of America, as  
a partial condition to obtain the LL.M.  
degree, under the orientation of  
Professor Corri Zoli, P.H.D.**

**SYRACUSE UNIVERSITY COLLEGE OF LAW  
SYRACUSE - NEW YORK – USA - 2018**

## **ABSTRACT**

This is a critical study of the European refugee crisis, highlighting the increasing number of refugees and asylum seekers worldwide and the fact that some countries are unwilling to accommodate them.

After examining the traditional types of durable solutions to the crisis, the difficulties usually encountered by refugees in host countries, and the benefits that work offers to refugees and host countries, this study, using the example of Germany, advocates that a solution to the European refugee crisis can be found in the expansion of the right to work of refugees and asylum seekers.

In this way, a new perspective is suggested, in which refugees and asylum seekers are seen not as a burden but as an opportunity to the countries that receive them.



## CONTENTS

INTRODUCTION.....	59
-------------------	----

### CHAPTER I – DURABLE SOLUTIONS TO REFUGEES

1. Voluntary Repatriation, Local Settlement and Third Country Resettlement.....	61
2. Actual View about Refugees' Crisis.....	63

### CHAPTER II – INTERNATIONAL INSTRUMENTS

1. Definition of Refugee and Asylum Seeker in Contrast to Economic Immigrants.....	65
2. Refugees' Right to Work.....	67

### CHAPTER III – “PULL FACTOR”

1. The Concept of “Pull Factor” Among Local Policymakers.....	70
2. Why the “Pull Factor” Thesis is Not Right.....	71

#### CHAPTER IV – BENEFITS FROM THE ABILITY TO WORK

1. Acculturation, Mental Health, Dignity and Subsistence.....75
2. Decrease of Costs to the Hosting Country.....77

#### CHAPTER V – BENEFITS REFUGEES AND ASYLUM SEEKERS GIVE FOR SOCIETIES

1. Diversity, Acculturation and Dynamism.....79
2. Demography and Economy.....85

#### CHAPTER VI – PERSPECTIVE

1. Germany's case.....88
2. Approach Refugees Not as a Burden, But as an Investment.....91

CONCLUSION.....95

REFERENCES.....96

## INTRODUCTION

The worldwide number of refugees and asylum seekers is increasing in the contemporary moment. According to the United Nations High Commissioner for Refugees - UNHCR, by the end of 2011, there were 10.4 million of refugees in the world under UNHCR mandate and by June of 2018 this number went up to 19,92 million of refugees and more than 3,1 million of asylum seekers.<sup>44</sup>

This paper intends to discuss one plausible or underappreciated durable solution to the refugees crisis: the expansion of refugees and asylum seekers' right to work.

First, it will present the traditional three kinds of durable solutions promoted by UNHCR, showing the reasons why two of them are

---

44

UNHCR Statistical Yearbook, retrieved in 06/26/2018 at <http://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html>

more likely to succeed. Then, it will mention that some States in the international system are unwilling to receive more refugees and asylum seekers and tell the probable reasons for that. Then, according to the International Instruments, it will give the definition of refugees and asylum seekers, in contrast to economic immigrants, and analyze how the refugees' right to work is treated in International Law, showing that what should be changed is not the International Law, but the domestic law. Right after, it will present the concept of "pull factor" among local policymakers and indicate why it is not right. Then, the paper will point the benefits from the ability to work for refugees and for the States that welcome them. Finally, it will suggest a new perspective, using the Germany's case, to demonstrate that refugees and asylum seekers could be seen not as a burden, but as an opportunity. As a conclusion, this paper will advocate that a solution to the European Refugee Crisis may be found in the labor market. Thus, the refugees and asylum seekers' proper right to work may be a solution to this crisis.

## **CHAPTER I**

# **DURABLE SOLUTIONS TO REFUGEES**

### **1. Voluntary Repatriation, Local Settlement and Third Country Resettlement**

UNHCR promotes three kinds of durable solutions to refugees' problem: (a) voluntary repatriation, (b) local settlement and (c) third country resettlement, all conditioned to the existence of circumstances favorable to each of them. Another attempt to solve the refugees' problems is working on prevention, that is, with the aim of avoiding a situation that forces people to leave their country of origin.

Voluntary repatriation depends on the conditions in the country of origin, especially public safety and dignity, and, most of the times, it is not a possible solution because the home country cannot guarantee that asylum seekers and refugees will be safe there. "Unless it is convinced that refugees can return in reasonable safety, the organization does not actively promote

return”.<sup>45</sup> Local settlement can only be done with the agreement of the local government. “In industrialized countries, government welfare systems and NGOs provide the bulk of the resources necessary to integrate refugees. Elsewhere, UNHCR furnishes varying degrees of support for local settlement projects in both rural and urban settings”<sup>46</sup>. However, due to the increasing number of refugees, this solution is becoming more limited, particularly in cases of mass influx. Third country resettlement is the solution for the refugees who can neither return to their country of origin nor safely remain in their country of refuge. “The decision to resettle a refugee is normally taken only in the absence of other options and when there is no alternative way to guarantee the legal or physical security of the person concerned”.<sup>47</sup> Preventive actions in countries of origin are adopted as a way to minimize the refugees' crisis.

However, all of those alternatives are not solving the refugees' problem satisfactorily. Of the possible solutions to refugees' crisis, voluntary repatriation is the preferred one, but it is less likely to happen, as it depends on the safety of the country of origin. Preventive actions, although minimize

---

45 Karen Musalo, Jennifer Moore, and Richard A. Boswell, *Refugee Law and Policy: A Comparative and International Approach* (Durham: Carolina Academic Press, 2011), 50.

46 *Id.*, 51.

47 *Ibid.*

the crisis, do not solve it. Therefore, local settlement and third country resettlement are the more likely to succeed alternatives. Thus, this paper will focus on them.

## **2. Actual View about Refugees' Crisis**

Some States in the international system are unwilling to receive more refugees and asylum seekers. The concerns on the part of governments are many: some believe their countries cannot afford the money involved in hosting and supporting refugees; others think such supportive efforts will not result in getting anything back from their investments; still others are concerned about the acculturation of refugees and asylum seekers.

In many respects, the refugees' problem is seen as a case of charity, solidarity or international human rights, when in fact it could be seen as an opportunity for the local labor market.

The States could be more worried about integrating the refugees to their labor market and giving them a chance to demonstrate what they can do when they have the necessary tools to develop their professional abilities. This paper will try to give a new approach to the refugees' problem, through

their right to work.



## CHAPTER II

### INTERNATIONAL INSTRUMENTS

#### 1. Definition of Refugee and Asylum Seeker in Contrast to Economic Immigrants

The term refugee is used to describe someone who has left his country of nationality in order to avoid illegal persecution. A refugee does not have protection from his home government and, as a consequence, is forced to leave his country because he is at risk. For this reason, he looks for safety, protection, not economic advantage. As Goodwin has pointed, the term refugee “has a broader, looser meaning, signifying someone in flight, who seeks to escape conditions or personal circumstances found to be intolerable. The destination is not relevant; the flight is to freedom, to safety”<sup>48</sup>.

The definition of the term “refugee” in International Law was adopted by the 1951 Convention under chapter I (General Provisions), in

---

48

Guy S. Goodwin-Gill and Jane McAdam, *The Refugee in International Law* (Oxford: Oxford University Press, 2011), 15.

article 1. According to this article, refugee is basically someone who “owing to a well-founded fear of being persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion, is outside the country of his nationality and is unable or, owing to such fear, is unwilling to avail himself to the protection of that country; or who, not having a nationality and being outside the country of his former habitual residence ... is unable or, owing to such fear, is unwilling to return to it”. The definition is restrictive, since establishes only five grounds (race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion) to characterize the refugee. But this is perfectly understood, as International Law cannot protect every person in the world that is looking to move to another country for a better life just because his own country is not able to provide him with the basic safety and subsistence needs.

An asylum seeker, in turn, is someone who has asked for refugee status in a foreign country and is still waiting for a decision from the Government of this country. He does not have a pre-approved protection refugee status either from humanitarian organizations or from the host country.

On the other hand, an economic immigrant is a person who decided to leave his country in order to have a better life elsewhere. He is not running away, as he is able to return home at any time. Therefore, refugees and asylum seekers are not to be confused with economic immigrants.

## **2. Refugees' Right to Work**

The refugees' right to work is regulated by the 1951 Convention under chapter III (Gainful Employment), through articles 17 to 19. Article 17 refers to wage-earning employment, granting to refugees “the most favourable treatment accorded to nationals of a foreign country in the same circumstances”. Article 18 refers to self-employment, granting to refugees “treatment as favourable as possible and, in any event, not less favourable than that accorded to aliens generally in the same circumstances”. Article 19 refers to liberal professions repeating that the refugees should receive “treatment as favourable as possible and, in any event, not less favourable than that accorded to aliens generally in the same circumstances”.

Therefore, refugees self-employed and in liberal professions do not have the same protection as the refugees who are employees, since

articles 18 and 19 accords a “not less favourable” treatment to refugees, while article 17 grants a “most favourable treatment”. Besides that, “article 17 is further strengthened by article 17 (3), which mandates states to give 'sympathetic consideration to assimilating the rights of all refugees with regard to wage-earning employment to those of nationals'”.<sup>49</sup>

As a consequence, International Law privileges the insertion of the refugees in the labor market as a subordinate employee and not as someone who assumes the risks of economic activity. This idea is in accordance with the sense of protection that should be given to refugees. Therefore, in relation to refugees' right to work, that is nothing to criticize about the International Law.

But it should be noted that the 1951 Convention ruled only the refugees' right to work, that is, the right to work after the status of refugee is recognized. The Convention did not say anything about the right to work during the waiting period after the asylum application is filled. “However, it often takes from several months up to a year from the moment a person

---

49 Eve Lester, “Work, the Right to Work, and Durable Solutions: A Study on Sierra Leonean Refugees in The Gambia”, *International Journal of Refugee Law*, Volume 17, Issue 2, (2005), retrieved in 06/26/2018 at <https://doi.org/10.1093/ijrl/eei012>

arrives and claims asylum until an application can be lodged. Some countries also allow some work access during this period”.<sup>50</sup> The States have different policies about the asylum seekers' right to work. For example, Sweden allows the asylees to work immediately after the application, Germany, Spain and UK settle different waiting period, up to one year and Ireland does not permit the asylum seekers' work during the wait period. The wait period may last several years.<sup>51</sup>

As a result, what should be changed is not the International Law, but the domestic law about the right to work. Due to the States sovereignty, this paper does not intend to recommend that all countries change their laws. This paper only intends to modify the countries views on the refugees' crisis so that, if they so wish, they promote the changes they feel it will be good for them.

---

50 Amelie F. Constant and Klaus F. Zimmermann, “Towards a New European Refugee Policy that Works”, *CESifo DICE Report 4* (2016), retrieved in 06/26/2018 at <http://www.cesifo-group.de/DocDL/dice-report-2016-4-constant-zimmermann-december.pdf>

51 Time of waiting period according to Jenny Phillimore, “Refugees, Acculturation Strategies, Stress and Integration”, *Journal of Social Policy* 40 (2010), retrieved in 06/26/2018 at <https://doi.org/10.1017/S0047279410000929>

## CHAPTER III

### “PULL FACTOR”

#### 1. The Concept of “Pull Factor” Among Local Policymakers

A person with a refugee status declared only go to a host country for local settlement or third country resettlement after the host country agrees to receive this person. But if this same person crosses the burder in order to ask for the refugee status in a foreign country, he will be in the host country as an asylum seeker. Like it was noted in section 2.1 of this paper, asylum seeker is someone who has asked for refugee status in a foreign country and is still waiting for a decision from the Government of this country.

In this context, “the economic rights of asylum seekers have been a particular focus of attention, as the assumption that many asylum seekers are not 'genuine' refugees (who migrated primarily as a consequence of persecution) but are instead economic migrants (who migrated primarily in

search of employment) has become increasingly popular”.<sup>52</sup>

In this sense, “pull factor” is the conception that the policy context on asylum can act as a migratory pull to a specific country, increasing the number of people interested in going to that particular country. This is probably the reason why many States have introduced measures to restrict the right to work of refugees and asylum seekers, hardening their legislation. Australia, for example, has denied the right to work to asylum seekers who arrive by boat.

## **2. Why the “Pull Factor” Thesis is Not Right**

According to Lucy Mayblin, from the Department of Politics of the University of Sheffield, UK, “The pull factor thesis presents a 'commonsense' understanding of motivations rooted in rational choice theory. That is, the idea that asylum seekers have a comprehensive knowledge of the rights that they will have in different countries and then make a rational choice on the basis of potential for economic gain. Yet research over the past 20 years

---

52

Lucy Mayblin, “Complexity Reduction and Policy Consensus: Asylum Seekers, the Right to Work, and the 'Pull Factor' Thesis in the UK Context”, *The British Journal of Politics and International Relations*, Vol 18, Issue 4 (2016), retrieved in 06/26/2018 at <https://doi.org/10.1177/1369148116656986>

has consistently found no significant link between economic rights and asylum destination country (Brekke and Aarset, 2009; Castles and Loughna, 2003; Crawley, 2010; Day and White, 2002; Gilbert and Koser, 2006; Hatton, 2004, 2009; Holzer et al., 2000; Keogh, 2013; Middleton, 2005; Neumayer, 2005; Robinson and Sergott, 2002; Sitaropoulos, 2000; Thielemann, 2003; Toshkov, 2014; Valenta, 2014; Valenta and Thorshaug, 2012, 2013; Valenta et al., 2015)".<sup>53</sup>

In the same path, Eiko R. Thielemann, from Department of Government/European Institute London School of Economics affirmed that “numerous academic studies over the years reject the pull factor theory, as little evidence was found for ‘asylum shopping’ to exploit differences in host countries’ welfare provisions”. He explained that “the empirical analysis has shown, however, that the most powerful explanatory factors for an asylum seeker’s choice of host country are clearly not consideration of short-term welfare maximisation by the asylum seeker but legacies of migrant networks, employment opportunities and asylum seekers’ perceptions about the relative ‘liberalness’ of a particular host country, i.e. more ‘structural’ factors that, at least in the short and medium term, are beyond the reach of asylum policy



makers”. He also highlighted that “as states tend to copy deterrence measures introduced by other states, the desired impact of such attempts by one state to make its asylum policy more restrictive relative to other potential host countries, is often limited to a very short-term first mover advantage”. Finally, he concluded that “the effectiveness of unilateral policy measures will therefore be further undermined by multilateral efforts of international policy harmonisation”.<sup>54</sup>

Nearly 90% of the world’s refugees are in countries that neighbour their homeland.<sup>55</sup>

Therefore, based on the principle that the majority of refugees and asylum seekers choose their host country according to geographical or historical reasons, there is no justification for hampering their right to work, as there is no evidence to support the theory that access to the labour market acts as a pull factor for refugees and asylum seekers.

---

54 Eiko R. Thielemann, “Does Policy Matter? On Governments' Attempts to Control Unwanted Migration” (November 2003). IIS Discussion Paper No. 9, retrieved in 06/26/2018 at <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.495631>

55 Paul Collier and Alexander Betts, “Why Denying Refugees the Right to Work is a Catastrophic Error”, *The Guardian* (2017), retrieved in 06/26/2018 at <https://www.theguardian.com/world/2017/mar/22/why-denying-refugees-the-right-to-work-is-a-catastrophic-error>

Indeed, Lucy Mayblin, already cited, registered that “the removal of the right to work had no impact on the volume of asylum applications in Zetter et al.'s (2003) review of asylum policies across Europe 1990-2000, and the employment pull factor is further challenged by findings that asylum applications do not decrease when unemployment in host countries increases (Holzer et al., 2000; Neumayer, 2005)”.<sup>56</sup>

Besides that, the States should not look at the persons who are seeking for asylum as if they were economic immigrants, because they are not. They are people who have well-founded fear of persecution by reason of race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion and they have no choice to stay at their home country. They are not looking for a better life or economic advantage elsewhere. They just seek for safety and protection.

---

56 Lucy Mayblin, “Complexity Reduction and Policy Consensus: Asylum Seekers, the Right to Work, and the 'Pull Factor' Thesis in the UK Context”, *The British Journal of Politics and International Relations*, Vol 18, Issue 4 (2016), retrieved in 06/26/2018 at <https://doi.org/10.1177/1369148116656986>

## CHAPTER IV

### BENEFITS FROM THE ABILITY TO WORK

#### 1. Acculturation, Mental Health, Dignity and Subsistence

When a person has a job, he will have some structure in the daily life, as he will need to wake up, be dressed in a proper way and arrive at work at the right time. Normally, this person will meet others in his workplace and develop a social group there. When Professor Jenny Phillimore wrote an article about refugees, she noted that “having a job impacted upon their self-esteem and enabled them to meet other people”.<sup>57</sup> She also found that “refugees who had been able to gain work were better able to acculturate than those who were unemployed”.<sup>58</sup>

Indeed, being in the labor market is a way to be integrated in a new society, learn a new culture and, if the local language is different from

---

57 Jenny Phillimore, “Refugees, Acculturation Strategies, Stress and Integration”, *Journal of Social Policy* 40 (2010), retrieved in 06/26/2018 at <https://doi.org/10.1017/S0047279410000929>

58

Id.

the home language, it is also an opportunity for the refugees and asylum seekers to learn or improve their language skills. It is a pathway to autonomy.

“While all refugees had to go through the asylum process, the length of time they had to wait for a decision was a key variable impacting on their ability to acculturate. Those who waited a long time essentially put their lives on hold and were unable to take any steps to reunite with people from their own culture or engage in education or employment to meet others”.<sup>59</sup>

But more important than that, the right to work is a pathway to keep the refugees and asylum seekers' mental health, as they will have something to do, being with their minds occupied. They will not be seen as lazy. They will not get depressed, as they will feel that they are being productive. Work, as a rule, is the source of people's livelihood in a capitalist world and refugees and asylum seekers will feel they deserve the money that they receive for their subsistence. They will not feel they are begging for anything. As a result, they will get back, even in part, the sense of human dignity that has been withdrawn from them.

A study conducted in Australia found that “the asylum seekers

---

59

Id.

interviewed highlight that living without the right to work and receiving minimal financial support, and subsequently spending long periods of time with very little to do, is both a source of and exacerbates feelings of great anxiety, sadness and fear”.<sup>60</sup>

Besides that, the refugees and asylum seekers who have academic degree (a doctor, for example) can lose their ability or qualification if they do not practice for a long time.

Therefore, granting the right to work to refugees and asylum seekers has a positive impacts on their acculturation, mental health, dignity and subsistence, while a lack of access to work can inhibit the refugees and asylum seekers capacity to develop social connections in the new community and can also destroy their high education job-related skills.

## **2. Decrease of Costs to the Hosting Country**

If the refugees and asylum seekers maintain their ability to work, supporting themselves and their families without receiving social benefits

---

60 Caroline Fleay, and Lisa Hartley, “I Feel like a Beggar’: Asylum Seekers Living in the Australian Community Without the Right to Work”, *Journal of International Migration and Integration* (2016), retrieved in 06/26/2018 at <https://doi.org/10.1007/s12134-015-0453-x>

from the government, they will reduce their costs to the host country. Considering that some States are unwilling to receive more refugees and asylum seekers because they believe their countries cannot afford the money involved in hosting and supporting refugees, the expansion of refugees and asylum seekers' right to work may be a good start to change the view about refugees, as the argument about their cost will not be upheld, as the refugees and asylum seekers' expenses to the host country will be greatly reduced. There is a study showing that “refugees can and are willing to re-finance their costs through work, and they may be useful in the economies of the host country.”<sup>61</sup>

On the other hand, it is cheaper for the host country to give training for a foreigner doctor to practise in the host country than to afford the complete education for a new one.

---

61 Amelie F. Constant and Klaus F. Zimmermann, “Towards a New European Refugee Policy that Works”, *CESifo DICE Report 4* (2016), retrieved in 06/26/2018 at <http://www.cesifo-group.de/DocDL/dice-report-2016-4-constant-zimmermann-december.pdf>

## **CHAPTER V**

# **BENEFITS REFUGEES AND ASYLUM SEEKERS GIVE FOR SOCIETIES**

### **1. Diversity, Acculturation and Dynamism**

Diversity, as a range of different people, is, first of all, a lesson of life. People with completely different backgrounds usually contribute in many aspects for a rich environment, sharing their different ideas and viewpoints. For example, this is probably the result sought by the Syracuse University College of Law when it decided to have foreign LL.M students among with J.D. students in the same classroom.<sup>62</sup> We are all enriched by the exposure to different cultures, beliefs, opinions, abilities, backgrounds and identities. Raising our awareness and understanding of all our differences, and embracing and celebrating all our similarities, can promote a stronger and more trusting community.

---

62

This idea has already been presented by this author in the paper “Affirmative Action Policy for Admission in Higher Education”, written for the course Constitutional Law II, Professor Cora True-Frost, Syracuse University College of Law.

The term acculturation “generally relates to the changes that happen to groups and individuals when two different cultures meet.”<sup>63</sup> In the refugee and asylum seekers' context, the relation between the two cultures is not usually balanced. According to Berry, “although in theory acculturation affects both the host and the newcomer populations as they meet and adapt to the advent of a more diverse society, in practice more change tends to be experienced by one group than another.”<sup>64</sup> At the beginning the refugees may feel “separated” from the new culture, but after a while they end up assimilating the host country culture, as the “melting pot” theory explains.<sup>65</sup> In this sense, the refugees keep their background and adapt themselves to the country that welcomed them.

Phillippe Legrain, founder of the Open Political Economy

---

63 Jenny Phillimore, “Refugees, Acculturation Strategies, Stress and Integration”, *Journal of Social Policy* 40 (2010), retrieved in 06/26/2018 at <https://doi.org/10.1017/S0047279410000929>

64 John Wiley Berry, “Immigration, Acculturation and Adaptation”, *Applied Psychology: An International Review* (1997), retrieved in 06/26/2018 at <https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.1997.tb01087.x>

65 According to Stacy Warner Maddern, “Melting Pot Theory”, *The Encyclopedia of Global Human Migration* (2013), retrieved in 06/26/2018 at <https://doi.org/10.1002/9781444351071.wbeghm359>: “the melting pot theory has been used to describe societies that are formed by an assortment of immigrant cultures that eventually produce new hybrid social and cultural forms. The melting pot theory holds that, like metals melted together at great heat, the melting together of several cultures will produce a new compound, one that has great strength and other combined advantages.”



Network (OPEN) has already highlighted that “thanks to their diverse perspectives and experiences, refugees and their children can help spark new ideas and technologies. People who have been uprooted from one culture and exposed to another tend to be more creative, while studies show that diverse groups outperform like-minded experts at problems solving.”<sup>66</sup> He also noted that “more than three out of four patents generated at the top 10 patent-producing US universities in 2011 had at least one foreign-born inventor”, which shows how strong is the diversity argument.

There is also the dynamism theory, as some refugees are enterprising and start businesses that create wealth, employ locals, make the economy more dynamic. For example, “Sergey Brin, who arrived in the US as a child refugee from the Soviet Union, co-founded Google, now America's second most valuable company. Li Ka-shing, who was among the mainland Chinese who sought refuge in the British-run Hong Kong after the Communist Revolution in 1949, is now Asia's richest man.”<sup>67</sup>

The arguments above about diversity, acculturation and

---

66 Philippe Legrain, “Refugees are not a Burden but an Opportunity”, *OECD Yearbook 2016* (2016), retrieved in 06/26/2018 at <http://www.oecd.org/migration/refugees-are-not-a-burden-but-an-opportunity.htm>

67

Id.

dynamism are probably strong enough to destroy two of the reasons that some States are unwilling to receive more refugees and asylum seekers, that is, the concern about acculturation and the thought that the money spent in hosting and supporting refugees and asylum seekers will not result in anything back to the host countries from their investments. As the examples given in this section, there are many others that show how some refugees have improved the economy of the countries that welcomed them. That is why the expansion of the refugees and asylum seekers' right to work may be a good start to change the view about refugees.

As Professors Paul Collier and Alexander Betts have noted, “rarely have economists thought about refugees. The dominant assumption has been that they are a humanitarian matter, and so studies have been led by lawyers and anthropologists. However, the truth is that refugees around the world lead complex and diverse economic lives. They are consumers, producers, buyers, sellers, borrowers, lenders and entrepreneurs. Faced with new markets, regulatory contexts and social networks, they are often highly innovative, coming up with creative ways to support themselves. A recent study commissioned by the Refugee Studies Centre in Oxford and conducted in Uganda – one of few nations that allows refugees to work – shows that

they can make a contribution. In Kampala, the nation's capital, 21% of refugees run a business that employs at least one other person; of those they employ, 40% are citizens of the host country.”<sup>68</sup>

People may agree with the diversity, acculturation and dynamism thesis and, at the same time, sustain that the preference of the host country government should be to encourage the voluntary migration of young people, well educated and with the professional qualifications needed to leverage the economy. But “no rich country with a well-prepared workforce stands out as a professional exporter”.<sup>69</sup>

Besides that, some studies suggest that economic immigrants might have decided to move to other country due to negative selection, which means that they probably could not find better jobs in their home country and, for this reason, they decided to move in search for other employment opportunities. On the other hand, the refugees and asylum seekers move because they have no choice to stay in their home country. They have to find

---

68 Paul Collier and Alexander Betts, “Why Denying Refugees the Right to Work is a Catastrophic Error”, *The Guardian* (2017), retrieved in 06/26/2018 at <https://www.theguardian.com/world/2017/mar/22/why-denying-refugees-the-right-to-work-is-a-catastrophic-error>

69 José Pastore, “Education and Work of Refugees”, translated by the author, *O Estado de São Paulo*, (2015), retrieved in 06/26/2018 at <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,educacao-e-trabalho-de-refugiados--imp-,1804723>

a new place to be their home. Therefore, in comparison to economic immigrants, refugees and asylum seekers are less likely to return to their home country and, as a consequence, they have more incentives to quickly assimilate the language and culture of the new State and to perform better there.

Indeed, a research about how Vietnamese refugees perform in the US labor market in relation to economic immigrants empirically concluded that “refugees receive lower income than economic immigrants do upon arrival in the United States, but over time their earnings exceed those of economic immigrants.”<sup>70</sup> The research explained that this is most likely due to the limited English skills refugees possessed at the beginning, as they did not plan their movement. The researcher found that limited language skills might result in various degrees of discrimination from employers, but, along with their years of US residence, the refugees improve their language and labor skills and, as a result, their income substantially increases, exceeding those of economic immigrants by more than \$7.000,00.

---

70 Lily Chang, “Refugee Versus Economic Immigrant Labor Market Assimilation in the United States: A Case Study of Vietnamese Refugees”, *The Park Place Economist*: Vol. 25 (2017), retrieved in 06/26/2018 at <https://digitalcommons.iwu.edu/parkplace/vol25/iss1/19>

## 2. Demography and Economy

To maintain the population size, it is necessary an average of 2.1 births per woman during a lifetime. If the fertility rate is below 2.1, the number of newborns will not be enough to replace people who die and the population will decline. As a consequence, the new generation will be smaller than the one that came before and probably will fail to support the economy, risking the country's ability to pay pensions, handle health care demands and more. “Rapid contraction of the labor force could have a negative impact on an economy, on growth, consumption and on the ability of current generations to pay for entitlements for older.”<sup>71</sup>

In Europe, “countries are failing to produce enough children to keep their population size constant over time.”<sup>72</sup> According to the statistics from Eurostat, “in 2015, the total fertility rate in the EU-28 was 1.58 live births per woman (the same rate was recorded in 2014)... Among the EU Member States, France reported the highest fertility rate in 2015, with 1.96

---

71 Lois M. Collins, “The Potential Impact of Falling Fertility Rates on the Economy and Culture”, *Deseret News* (2014), retrieved in 06/26/2018 at <https://www.deseretnews.com/article/865603669/The-potential-impact-of-falling-fertility-rates-on-the-economy-and-culture.html>

72 Aamna Mohdin, “France is Showing Europe How to Make Enough Babies to Replenish its Population”, *Quartz* (2017), retrieved at 06/26/2018 at <https://qz.com/929745/france-is-the-closest-country-in-europe-to-having-enough-babies-to-replace-all-those-dying>

live births per woman. By contrast, the lowest fertility rates in 2015 were recorded in Portugal (1.31 live births per woman), Poland and Cyprus (both 1.32 live births per woman), Greece and Spain (both 1.33 live births per woman)”<sup>73</sup>. Due to the decrease in the birth rate, Europe is having more elderly dependents to working-age people. Another point to be noted is that life expectancy is increasing steadily, which means those dependents will be living even longer. “Between 2000 and 2015 the average global life expectancy at birth increased by around 5 years, reaching an average of 73.8 years for females and 69.1 years for males.”<sup>74</sup> According to the European Commission, by 2025 more than 20 percent of Europeans will be 65 or over, with a particularly rapid increase in numbers of over-80s putting more pressures on health-care provision and social services throughout the region.<sup>75</sup>

Reinforcing the effects of demography on economy, Caitlin Cheadle argued that “the global increase of elderly dependent populations will have serious economic consequences. Health care costs for the elderly

---

73 “Fertility Statistics”, *Eurostat Statistics Explained* (2017), retrieved in 06/26/2018 at [ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Fertility\\_statistics](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Fertility_statistics)

74 Caitlin Cheadle, "Fertility Rates Keep Dropping, and it's Going to Hit the Economy Hard", *Visual Capitalist* (2016), retrieved in 06/26/2018 at <http://www.visualcapitalist.com/fertility-rates-dropping-economy>

75 Holly Ellyatt, “Migrants Could Help Solve Europe's Aging Problem”, *CNBC* (2015), retrieved in 06/26/2018 at <https://www.cnn.com/2015/09/11/migrants-could-help-solve-europes-aging-problem.html>

will strain resources, while the smaller working population will struggle to produce enough income tax revenue to support these rising costs. It's likely this will cause spending power to decrease, consumerism to decline, job production to slow – and the economy to stagnate.”<sup>76</sup>

Therefore, one of Europe's challenge is its demography, as the population is aging and the future native workforce in declining. Refugees can help Europe's demographic problem, as they usually move in a working age, carryng their children. Besides that, daughters and granddaughters of refugee usually have a birth rate higher than the average in Europe, due to cultural reasons, and also because they want to establish a new big family in the host country to feel home. In this sense, the benefits refugees and asylum seekers give for the host country last generations.

---

76

Caitlin Cheadle, "Fertility Rates Keep Dropping, and it's Going to Hit the Economy Hard", *Visual Capitalist* (2016), retrieved in 06/26/2018 at <http://www.visualcapitalist.com/fertility-rates-dropping-economy>

## CHAPTER VI

### PERSPECTIVE

#### 1. Germany's case

About perspective, is worthy mentioning the case of Germany. In the past years Germany received more refugees than any other country in Europe. The German Chancellor said it is a civic and humanitarian duty to assist those fleeing death in their home countries, but, according to José Pastore, “there is an important economic reason for Germany to welcome so many strangers into its territory: its population is shrinking in a frightening way, and soon the workforce would be insufficient to sustain the country”.<sup>77</sup> The European Commission report pointed that Germany's population will shrink from 81.3 million in 2013 to 70.8 million in 2060—meaning that the Europe's largest economy could do well to accept migrants of working age.<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> José Pastore, “Education and Work of Refugees”, translated by the author, *O Estado de São Paulo*, (2015), retrieved in 06/26/2018 at <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,educacao-e-trabalho-de-refugiados--imp-,1804723>

<sup>78</sup> Holly Ellyatt, “Migrants Could Help Solve Europe's Aging Problem”, *CNBC* (2015), retrieved in 06/26/2018 at <https://www.cnb.com/2015/09/11/migrants-could-help-solve-europes-aging-problem.html>



Pastore explained that Germany has the lowest population growth rate in the developed world (8.2 per thousand inhabitants), mentioning that France and England have a much higher rate (12.5 per thousand) and would soon be the most populous countries in Europe, surpassing Germany. He argued that, “at the same time that the Germans began to live a lot (88 years on average), the country saw the replacement of its population plummet. In less than 15 years, the workforce will fall from 61% of the population to just over 50%, making each elderly dependent on a young”<sup>79</sup>. He also added that “incentives to encourage births did not work. Between 2000 and 2013, the fertility rate fell by 11%.”<sup>80</sup> Following his arguments, the conclusion reached is that in the near future, if nothing changes, German economy growth would slow down, because the country would have to spend its budget with Social Security benefits, inhibiting the investments needed for the development of the country.

Therefore, Germany needed migrants and it was a smart decision to start accepting more refugees and asylum seekers. Pastore explained that

---

79 José Pastore, “Education and Work of Refugees”, translated by the author, *O Estado de São Paulo*, (2015), retrieved in 06/26/2018 at <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/educacao-e-trabalho-de-refugiados--imp-,1804723>

“very quickly, the German government placed young people learning German at night and working as trainees and low-skilled services during the day - cleaning, delivery, gardening, etc. For the more educated, vocational schools and universities have opened vacancies as far as possible. And the most important comes now: as 40% of the refugees are children, the government has mobilized enormous resources to strengthen the schools to serve those students immediately. More than 3,000 teachers were hired, giving priority to teaching German. Because they learn the language more easily, children will be ready for good German vocational education within a few years and to enter the labor market from 2030 onwards, thus covering the demographic deficit and rebalancing the workforce to keep Germany as a locomotive for European growth”.<sup>81</sup> In addition, the refugees and asylum seekers are being aided by day-to-day activities, such as engaged in sports and leisure activities, which helps their acculturation.

The same conclusion about how advantageous was for Germany to receive refugees was reached by Phillippe Legrain, founder of the Open Political Economy Network (OPEN). He wrote that “ageing societies with a shrinking native working-age population, such as Germany's benefit from the

---

81

Id.

arrival of younger refugees, who provide a demographic dividend. As well as complementing the skills of older, more experienced workers, refugees can help pay for the growing numbers of pensioners. They can also support population numbers, and thus investment and growth.”<sup>82</sup> He also noted that “some refugees do dirty, difficult, dangerous and dull (4D) jobs that locals spurn, such as cleaning offices and caring for the elderly. This 4D dividend enables locals to do higher-skilled and better-paid jobs that they prefer.”<sup>83</sup>

## **2. Approach Refugees Not as a Burden, But as an Investment**

Germany's new look on refugees should serve as an example for other countries to be able to see them not as a burden, but as an investment.

Receiving refugees is not only a way to solve a demographic problem, but a way to avoid an economic problem. Receiving refugees can be seen as an investment for the host country. “Refugees can contribute economically to the societies that welcome them in many ways: as workers, innovators, entrepreneurs, taxpayers, consumers and investors. Their efforts

---

82 Philippe Legrain, “Refugees are not a Burden but an Opportunity”, *OECD Yearbook 2016* (2016), retrieved in 06/26/2018 at <http://www.oecd.org/migration/refugees-are-not-a-burden-but-an-opportunity.htm>

83

Id.

can help create jobs, raise the productivity and wages of local workers, lift capital returns, stimulate international trade and investment, and boost innovation, enterprise and growth.”<sup>84</sup>

For instance, The New York Times recently published that a study from the Department of Health and Human Services in the United States found that in this particular country refugees brought in \$63 billion more in government revenues over the past decade than they cost<sup>85</sup>. According to this report, refugees payed more in federal, state and local taxes than they consumed in public benefits. Also according to this report, refugees filled jobs in service industries that Americans will not. As a result, we cannot support the idea that refugees take the job positions from native people. They do not. As a rule, at the beginning refugees and asylum seekers work in low-paid jobs that the nationals of developed countries do not want. Later, they may find other positions better-paid, if they move from low-skilled to high-skilled workers, but still filling a gap in the labor market. In a developed economy, there is always space for new workers, as we can see from the American experience. Although this paper is about the European crisis, the principle is

---

84

Id.

85 Julie Hirschfeld Davis, and Somini Sengupta, "Trump Administration Rejects Study Showing Positive Impact of Refugees", *The New York Times* (2017), retrieved in 06/26/2018 at <https://www.nytimes.com/2017/09/18/us/politics/refugees-revenue-cost-report-trump.html>

the same.

Therefore, the view about refugees and asylum seekers should be changed. “More balanced discussion of migration may move us from a position where asylum seekers and refugees are vilified by the state, media and general population, to a point where the reality of the refugee experience is understood, and they are treated with more sympathy and less fear, and provided with appropriate support to settle. More humane asylum policy with clear and transparent decision-making processes, rapid and efficient processing and better conditions for those waiting for a decision may make the experience of being an asylum seeker less stressful and marginalising.”<sup>86</sup>

This paper intends to suggest that refugees and asylum seekers could be seen not as a burden, but as an investment. As a conclusion, a solution to the European Refugee Crisis may be found in the labor market. Thus, the asylum seekers and refugees' proper right to work may be a solution to this crisis.

This new approach probably will give more benefits for the host

---

86 Jenny Phillimore, “Refugees, Acculturation Strategies, Stress and Integration”, *Journal of Social Policy* 40 (2010), retrieved in 06/26/2018 at <https://doi.org/10.1017/S0047279410000929>

country than to the refugees and asylum seekers, as it was reasoned in the previous sections about diversity, acculturation, dynamism, demography and economy. The new approach is based on the value of refugees work, but is beyond it, as many other values are also taken into account.

Finally, States that can benefit from the factors mentioned above should change their domestic law in order to expand refugees and asylum seekers' right to work, and to give them a chance to demonstrate what they can do when they have the necessary tools to develop their professional abilities. Refugees and asylum seekers should have their professional qualifications registered as soon as they arrive in the host country and should receive appropriate language tuition and job training. They should not stay in reception camps for long time. Refugees and asylum seekers should be distributed in places that need their specific workforce and they should also have ability to move to the geographic areas in the host country where their professional skills will fit better.

## CONCLUSION

A solution to the European Refugee Crisis may be found looking on refugees and asylum seekers not as a burden, but as an investment.

This new approach is possible when refugees are seen as a way to solve a demographic problem and avoid an economic problem. In other words, if they are seen as an investment for the host country, the States will feel motivated to treat refugees and asylum seekers with more sympathy and less fear, changing their domestic law in order to provide refugees and asylum seekers' with the necessary tools to develop their professional abilities.

This paper sustains that the refugees and asylum seekers' proper right to work may be a solution to the European Refugee Crisis.

## REFERENCES

Berry, John Wiley. "Immigration, Acculturation and Adaptation". *Applied Psychology: An International Review* (1997). Retrieved in 06/26/2018 at <https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.1997.tb01087.x>

Chang, Lily. "Refugee Versus Economic Immigrant Labor Market Assimilation in the United States: A Case Study of Vietnamese Refugees". *The Park Place Economist: Vol. 25* (2017). Retrieved in 06/26/2018 at <https://digitalcommons.iwu.edu/parkplace/vol25/iss1/19>

Cheadle, Caitlin. "Fertility Rates Keep Dropping, and it's Going to Hit the Economy Hard". *Visual Capitalist* (2016). Retrieved in 06/26/2018 at <http://www.visualcapitalist.com/fertility-rates-dropping-economy>

Collier, Paul, and Alexander Betts. "Why Denying Refugees the Right to Work is a Catastrophic Error". *The Guardian* (2017). Retrieved in 06/26/2018 at <https://www.theguardian.com/world/2017/mar/22/why-denying-refugees-the-right-to-work-is-a-catastrophic-error>



Collins, Lois M. "The Potential Impact of Falling Fertility Rates on the Economy and Culture". *Deseret News* (2014). Retrieved in 06/26/2018 at <https://www.deseretnews.com/article/865603669/The-potential-impact-of-falling-fertility-rates-on-the-economy-and-culture.html>

Constant, Amelie F., and Klaus F. Zimmermann. "Towards a New European Refugee Policy that Works", *CESifo DICE Report 4* (2016). Retrieved in 06/26/2018 at <http://www.cesifo-group.de/DocDL/dice-report-2016-4-constant-zimmermann-december.pdf>

Davis, Julie Hirschfeld, and Somini Sengupta, "Trump Administration Rejects Study Showing Positive Impact of Refugees". *The New York Times* (2017). Retrieved in 06/26/2018 at <https://www.nytimes.com/2017/09/18/us/politics/refugees-revenue-cost-report-trump.html>

Ellyatt, Holly. "Migrants Could Help Solve Europe's Aging Problem". *CNBC* (2015). Retrieved in 06/26/2018 at <https://www.cNBC.com/2015/09/11/migrants-could-help-solve-europes-aging-problem.html>

“Fertility Statistics”, *Eurostat Statistics Explained* (2017), retrieved in 06/26/2018 at [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Fertility\\_statistics](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Fertility_statistics)

Fleay, Caroline, and Lisa Hartley. “I Feel like a Beggar’: Asylum Seekers Living in the Australian Community Without the Right to Work”. *Journal of International Migration and Integration* (2016). Retrieved in 06/26/2018 at <https://doi.org/10.1007/s12134-015-0453-x>

Goodwin-Gill, Guy S., and Jane McAdam. *The Refugee in International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

Legrain, Phillippe. “Refugees are not a Burden but an Opportunity”, *OECD Yearbook 2016* (2016). Retrieved in 06/26/2018 at <http://www.oecd.org/migration/refugees-are-not-a-burden-but-an-opportunity.htm>

Lester, Eve. “Work, the Right to Work, and Durable Solutions: A Study on Sierra Leonean Refugees in The Gambia”. *International Journal of Refugee Law*, Volume 17, Issue 2, (2005). Retrieved in 06/26/2018 at

<https://doi.org/10.1093/ijrl/eei012>

Maddern, Stacy Warner. “Melting Pot Theory”. *The Encyclopedia of Global Human Migration* (2013). Retrieved in 06/26/2018 at

<https://doi.org/10.1002/9781444351071.wbeghm359>

Mayblin, Lucy. “Complexity Reduction and Policy Consensus: Asylum Seekers, the Right to Work, and the 'Pull Factor' Thesis in the UK Context”. *The British Journal of Politics and International Relations*, Vol 18, Issue 4 (2016), retrieved in 06/26/2018 at <https://doi.org/10.1177/1369148116656986>

Mohdin, Aamna. “France is Showing Europe How to Make Enough Babies to Replenish its Population”. *Quartz* (2017). Retrieved in 06/26/2018 at <https://qz.com/929745/france-is-the-closest-country-in-europe-to-having-enough-babies-to-replace-all-those-dying>

Musalo, Karen, Jennifer Moore, and Richard A. Boswell. *Refugee Law and Policy: A Comparative and International Approach*. Durham: Carolina Academic Press, 2011.

Pastore, José. “Education and Work of Refugees”, translated by the author. *O*

*Estado de São Paulo*, (2015). Retrieved in 06/26/2018 at [https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,educacao-e-trabalho-de-refugiados—imp-,180473;\\_](https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,educacao-e-trabalho-de-refugiados—imp-,180473;_)

Phillimore, Jenny. “Refugees, Acculturation Strategies, Stress and Integration”. *Journal of Social Policy* 40 (2010). Retrieved in 06/26/2018 at <https://doi.org/10.1017/S0047279410000929>

UNHCR Statistical Yearbook, retrieved in 06/26/2018 at <http://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html>

Thielemann, Eiko R., “Does Policy Matter? On Governments' Attempts to Control Unwanted Migration” (November 2003). IIS Discussion Paper No. 9, retrieved in 06/26/2018, at <https://doi.org/10.1177/1369148116656986>